

www.pwc.com.br

CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda.

***Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2023
e relatório do auditor independente***





Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Empresa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.



CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Campinas, 21 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

DocuSign Envelope ID:
E2484F7E8E8E8E8E8E8E8E8E8E8E8E8E
Signed by: ADRIANO FORMOSINHO CORREIA 1021982004
Date: 2024.03.21
Signed Time: 21 de março de 2024 12:28:58 BRT
© 2014 PwC. Todos os direitos reservados. PricewaterhouseCoopers Brasil - PwC
CNPJ: 07.093.838/0001-90
www.pwc.com

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Sumário

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	2
ATIVO	3
PASSIVO	4
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	5
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES	6
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	7
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL.....	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	9
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS	10
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO	15
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	15
(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS.....	16
(7) TRIBUTOS A COMPENSAR	16
(8) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS	17
(9) INTANGÍVEL	18
(10) FORNECEDORES	18
(11) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	18
(12) OUTRAS CONTAS A PAGAR.....	19
(13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	19
(14) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA.....	20
(15) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA.....	20
(16) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	21
(17) RESULTADO FINANCEIRO.....	21
(18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	22
(19) GESTÃO DE RISCOS	23
(20) INSTRUMENTOS FINANCEIROS	24
(21) COMPROMISSOS	26

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. ("CPFL Brasil Varejista" ou "Sociedade"), submete à apreciação dos Senhores as demonstrações financeiras da Sociedade, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. As demonstrações financeiras na íntegra, relatório da administração e o parecer dos auditores independentes estão disponíveis na sede da CPFL Energia e podem ser acessadas em www.cpfl.com.br/ri.

A Sociedade esclarece que não emitiu debêntures durante o exercício e que não emitiu ou recomprou debêntures anteriormente emitidas. Atualmente a Sociedade não detém participação societária em outras sociedades.

Durante o exercício de 2023, não houve investimentos significativos efetuados pela Sociedade.

A Sociedade apresentou o Lucro operacional de R\$ 3.005, comparando com o lucro de R\$ 3.655 do exercício anterior. Do lucro apurado, a Sociedade destinou R\$ 691 a título de dividendos propostos.

A Administração

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	10.889	5.119
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	5.117	4.435
Tributos a compensar	7	107	7
Outros ativos		20	-
Total do circulante		16.133	9.561
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	6	-	173
Tributos a compensar	7	14	14
Créditos fiscais diferidos	8	234	336
Intangível	9	2.154	53
Total do não circulante		2.402	575
Total do ativo		18.535	10.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA
Balço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Circulante			
Fornecedores	10	2.621	3.288
Imposto de renda e contribuição social a recolher	11	92	20
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	11	735	463
Obrigações estimadas com pessoal		127	-
Outras contas a pagar	12	96	82
Total do circulante		3.671	3.853
Patrimônio líquido			
	13		
Capital social		13.565	3.565
Reserva legal		266	266
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		342	342
Dividendo		691	2.110
Total do patrimônio líquido		14.864	6.283
Total do passivo e do patrimônio líquido		18.535	10.136

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA
Demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	14	28.474	33.171
Custo com energia elétrica	15	(23.388)	(29.125)
Outros custos com operação	16	(2.081)	(391)
Lucro operacional bruto		3.005	3.655
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		5	6
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		5	6
Despesas gerais e administrativas		(3.345)	(540)
Depreciação e amortização	9	(53)	(158)
Despesas gerais e administrativas	16	(3.292)	(382)
Outras despesas operacionais		(31)	(27)
Outras despesas operacionais	16	(31)	(27)
Resultado do serviço		(367)	3.093
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		1.385	256
Despesas financeiras		(1)	(20)
		1.384	236
Lucro antes dos tributos		1.019	3.328
Contribuição social	8	(94)	(300)
Imposto de renda	8	(233)	(808)
		(328)	(1.108)
Lucro líquido do exercício		690	2.221

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA
Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023
e 2022
(Em milhares de Reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro Líquido do exercício	690	2.221
Resultado abrangentes do exercício	<u>690</u>	<u>2.221</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA
Demonstração dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	<u>Reserva de Lucro</u>			<u>Dividendo</u>	<u>Lucros (prejuízos) acumulados</u>	<u>Total</u>
	<u>Capital social</u>	<u>Reserva contratual</u>	<u>Reserva de retenção de lucro</u>			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	3.565	155	342	-	-	4.062
Resultado abrangente total	-	-	-	-	2.221	2.221
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.221	2.221
Mutações internas do patrimônio líquido	-	111	-	-	(111)	-
Constituição da reserva legal	-	111	-	-	(111)	-
Transações de capital com os acionistas	-	-	-	2.110	(2.110)	-
Aprovação de Dividendo proposto	-	-	-	2.110	(2.110)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.565	266	342	2.110	0	6.283
Resultado abrangente total	-	-	-	-	691	691
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	691	691
Transações de capital com os acionistas	10.000	-	-	(2.110)	-	7.890
Aumento de capital	10.000	-	-	-	-	10.000
Dividendo pagos	-	-	-	(2.110)	-	(2.110)
Dividendos adicional proposto	-	-	-	691	(691)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	13.565	266	342	691	-	14.864

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CPFL BRASIL VAREJISTA LTDA.
Demonstração dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (Em milhares de reais)

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Lucro antes dos tributos	1.018	3.328
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Depreciação e amortização	53	158
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(5)	(6)
	<u>1.066</u>	<u>3.480</u>
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(505)	2.009
Tributos a compensar	(101)	16
Outros ativos operacionais	(20)	-
Fornecedores	(666)	(2.843)
Outros tributos e contribuições sociais	271	381
Outros passivos operacionais	143	32
	<u>188</u>	<u>3.075</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações		
Imposto de renda e contribuição social pagos	(154)	(821)
	<u>34</u>	<u>2.254</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		
Atividades de investimentos		
Adições de intangível	(2.154)	-
	<u>(2.154)</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos		
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	10.000	-
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(2.110)	-
	<u>7.890</u>	<u>-</u>
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	5.770	2.254
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	5.119	2.865
	<u><u>10.889</u></u>	<u><u>5.119</u></u>
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**CPFL BRASIL VAREJISTA DE ENERGIA LTDA.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)**

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A CPFL Brasil Varejista de Energia Ltda. (“CPFL Brasil Varejista” ou “Sociedade”) é uma sociedade por quotas de responsabilidade limitada, que tem por objeto a comercialização de energia elétrica; a intermediação da compra e venda de energia de terceiros, a representação de agentes com participação facultativa junto ao operador do mercado de energia elétrica (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica), para fins de assunção das obrigações relativas à modelagem operacional, contabilização, liquidação financeira e demais obrigações vinculadas às transações comerciais, a prestação dos serviços associados, vinculados ou necessários para a comercialização de energia, inclusive o assessoramento estratégico, institucional e financeiro para possíveis compradores e vendedores de energia elétrica, bem como para outras entidades atuantes no setor elétrico nacional e internacional, a terceirização de serviços relacionados com energia incluindo, mas não limitando, a operação, a manutenção e o monitoramento de sistemas de medição do consumo em tempo real dos ativos de energia de clientes, bem como a contratação e administração de terceiros, a construção, operação e manutenção de parques geradores de energia, por meio de equipe própria ou de terceiros, e a comercialização de títulos e certificados derivados de atributos da energia comercializada, vinculados ou não ao contrato de compra e venda de energia.

A Sede administrativa da Empresa está localizada na Rodovia Engenheiro Miguel Noel Nascentes Burnier, 1755 – Bloco II – térreo – sala 01 – Parque São Quirino – Campinas – SP – Brasil.

A CPFL Comercialização Brasil S.A. (“CPFL Brasil”) detém 100% do seu capital social.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

A Empresa também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Empresa.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 21 de março de 2024.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens , que são mensurados a cada data de reporte registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 20 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Empresa revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes são:

- Nota 6 - Consumidores, concessionárias e permissionárias;
- Nota 8 - Créditos fiscais diferidos.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da empresa é o Real, e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa incluem saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Empresa.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Empresa na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Empresa tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas e investidores.

3.2 Instrumentos financeiros

– Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Empresa se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Empresa não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado, exceto dividendos que são reconhecidos como ganho no resultado (a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento). A Empresa não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Empresa mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Empresa pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Empresa pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Empresa realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;

- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Empresa;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Empresa considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Empresa considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Empresa a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para as transações de compra e venda de energia, a Empresa mantém a política contábil definida conforme estratégia de negócios com instrumentos mensurados ao custo amortizado, os quais referem-se aos contratos já celebrados e mantidos com a finalidade de recebimento ou entrega de energia de acordo com os requisitos esperados pela Empresa relacionados à compra ou venda. As transações geralmente são de longo prazo e não são liquidadas pelo valor líquido à vista ou por outro instrumento financeiro e, mesmo na eventualidade de algum contrato possuir flexibilização, a estratégia do portfólio da Empresa não é alterada por esta razão.

– Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Empresa se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- (i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- (ii) Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 20.

- Capital social

Quotas ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de quotas são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.3 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.4 Dividendo e juros sobre capital próprio

Conforme definido no Contrato Social da sociedade e em consonância com a legislação societária vigente, compete ao Conselho de Administração a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários apurados através de balanço semestral. A declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da sociedade após a data de deliberação da Assembléia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.5 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de comercialização de energia é registrada com base em contratos bilaterais firmados com agentes de mercado e devidamente registrados na CCEE – Câmara de Comercialização de Energia Elétrica.

3.6 Imposto de Renda e Contribuição Social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais, e os decorrentes de contabilização inicial em combinações de negócios.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e para prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Empresa registra em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais, bases negativas da contribuição social e diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.8 Mudanças nas principais políticas contábeis

A partir de 1º de janeiro de 2023, a Empresa adotou as alterações ao CPC 32 de tributos sobre lucro, o qual, estabeleceu o reconhecimento de imposto diferido sobre transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributárias e dedutíveis, mas vale ressaltar que na Empresa, não houve impactos significativos com a adoção das alterações na norma. Também levou em consideração as mudanças ocorridas no CPC 23 considerando as mudanças introduzidas na definição de estimativas contábeis e os esclarecimentos a respeito da distinção de estimativas contábeis e políticas contábeis. Por fim, destaca-se também a adoção ocorrida no CPC 26 (R1) no que concerne a aplicação de julgamento de materialidade para as políticas contábeis, ao levar em consideração que as políticas contábeis materiais são aquelas que, em conjunto com outras informações das demonstrações contábeis, influenciem nas decisões dos principais usuários das demonstrações contábeis. Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2023, mas, assim como as destacadas acima, não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Empresa.

3.9 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas e emendas às normas e interpretações IFRS foram emitidas pelo IASB e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes (CPC 26 (R1))

Em janeiro de 2020 o IASB emitiu alterações ao IAS 1 (CPC 26 (R1)) para esclarecer os requisitos para a apresentação de passivos nas demonstrações financeiras. As alterações estabelecem que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos da entidade existentes na data do balanço. Assim, para uma entidade classificar passivos como não circulantes, deve possuir o direito discricionário de refinanciamento da obrigação e de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço, por exemplo. Em outubro de 2022, nova alteração foi emitida pelo IFRS a fim de esclarecer que a Entidade que possuir passivos com cláusulas contratuais restritivas (covenants) apenas será afetada pela classificação do passivo para casos em que o atingimento desses índices deva ocorrer até a data do balanço.

As alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024 e serão aplicáveis para mudanças nas políticas e estimativas contábeis que ocorrerem em, ou após, o início desse período.

(b) Divulgações Gerais relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2).

Em junho de 2023, o International Sustainability Standards Board (ISSB) emitiu as suas duas primeiras Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS, a IFRS S1 de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e a IFRS S2 de Divulgações Relacionadas ao Clima.

A IFRS S1 estabelece os requisitos gerais de como as Companhias devem divulgar em seu relatório, informações relevantes sobre os riscos e oportunidades relacionados à Sustentabilidade e que sejam importantes para tomada de decisão dos usuários das Demonstrações Financeiras, uma vez que possam impactar diretamente nas decisões da empresa.

Já a IFRS S2, considerando os efeitos de todas as alterações climáticas que estão ocorrendo e venham a ocorrer ao longo dos anos, exige a divulgação dos riscos e oportunidades relacionados com o clima, levando em conta o setor, indústria e demais circunstâncias nas quais a empresa atua. Vale ressaltar que a IFRS destaca que as mudanças climáticas se apresentam como risco para as empresas que estão expostas diretamente ou indiretamente a tais mudanças e oportunidade para empresas que atuam como mitigadoras das mudanças climáticas.

As empresas são obrigadas a aplicar a IFRS S1 e a IFRS S2 em conjunto para garantir a conformidade com as Normas de Divulgação de Sustentabilidade IFRS. Pelo IFRS, as alterações serão vigentes para períodos iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. No Brasil, para as Companhias abertas, a elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade foi aprovada pela CVM através da Resolução CVM 193 de 20 de outubro de 2023, com adoção voluntária a partir de 1º de janeiro de 2024 e adoção obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2026.

Para as novas interpretações e mudanças citadas acima ainda não vigentes, destaca-se que a Companhia está avaliando as alterações e os novos pronunciamentos, mas não espera impactos relevantes sobre as divulgações e montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras, e não adotará.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Empresa exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Empresa determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 20) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Saldos bancários	65	1.685
Aplicações financeiras	10.824	3.434
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	290	-
Títulos de crédito privado (b)	10.534	3.434
Total	<u>10.889</u>	<u>5.119</u>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e remuneração de 15% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) (20% da variação do CDI em 31 de dezembro de 2022).
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) Certificados de Depósitos Bancários (“CDB’s”) e (ii) Operações Compromissadas em debêntures realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional. Todos com liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente na média de 102,93% do Certificado de Depósito

Interbancário (“CDI”) para CDB e 91,36% para Operações Compromissadas (102,46% do CDI para CDB e 84,89% do CDI para Operações Compromissadas em 31 de dezembro de 2022).

(6) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

O saldo é oriundo, principalmente, das atividades de fornecimento de energia elétrica, cuja composição em 31 de dezembro de 2023 e 2022, é como segue:

	Saldos vincendos	Vencidos > 90 dias	Total	
			31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Classes de consumidores				
Industrial	2.503	-	2.503	2.452
Comercial	588	-	588	349
Rural	123	-	123	-
Faturado	3.214	-	3.214	2.801
Não faturado	-	-	-	(3)
Operações realizadas na CCEE	-	-	-	210
Concessionárias e permissionárias	277	1.630	1.907	1.437
	3.491	1.630	5.121	4.445
Provisão para créditos de liquidação duvidosa			(4)	(10)
Total			5.117	4.435
Não circulante				
Operações realizadas na CCEE	-	-	-	173
Total	-	-	-	173

Operações realizadas na CCEE - Os valores referem-se à comercialização no mercado de curto prazo de energia elétrica. A Companhia entende não haver riscos significativos na realização desses ativos e, conseqüentemente, nenhuma provisão foi contabilizada para este fim.

Concessionárias e permissionárias - Refere-se, basicamente, a saldos a receber decorrentes do suprimento de energia elétrica a outras concessionárias e permissionárias.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”) - a provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

(7) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2023	31/12/2022
Circulante		
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	107	7
Outros tributos a compensar	107	7
Total circulante	107	7
ICMS a compensar	14	14
Outros tributos a compensar	14	14
Total não circulante	14	14

(8) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS**8.1 Composição dos débitos e créditos fiscais**

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Bases negativas	58	87
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	3	1
Subtotal	61	88
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	165	245
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	8	3
Subtotal	173	248
Total	234	336

8.2 Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no ativo não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis, prejuízo fiscal e base negativa baseadas nas projeções de resultados futuros. Sua composição é como segue:

	<u>R\$ mil</u>
2025	121
2026	108
2027	5
Total	234

8.3 Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2023 e 2022:

	<u>2023</u>		<u>2022</u>	
	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>	<u>CSLL</u>	<u>IRPJ</u>
Lucro antes dos tributos	1.018	1.018	3.328	3.328
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	29	(85)	-	(96)
Base de cálculo	1.047	933	3.328	3.232
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Débito fiscal apurado	(94)	(233)	(300)	(808)
Total	(94)	(233)	(301)	(808)
Corrente	(67)	(159)	(209)	(556)
Diferido	(27)	(75)	(91)	(252)

(9) INTANGÍVEL

	<u>Software</u>
Saldo em 31/12/2021	210
Custo histórico	861
Amortização acumulada	(651)
Amortização	(158)
Saldo em 31/12/2022	53
Custo histórico	861
Amortização acumulada	(809)
Adiantamento(*)	2.154
Amortização	(53)
Saldo em 31/12/2023	2.154
Custo histórico	3.015
Amortização acumulada	(861)

(*) Refere-se ao pagamento antecipado de Licença de software.

(10) FORNECEDORES

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Encargos de serviço do sistema	90	6
Suprimento de energia elétrica	1.763	2.718
Encargos de uso da rede elétrica	244	-
Materiais e serviços	524	564
Total	<u>2.621</u>	<u>3.288</u>

(11) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	67	14
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	25	6
Imposto de renda e contribuição social a recolher	<u>92</u>	<u>20</u>
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	503	446
Programa de integração social - PIS	30	3
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	139	13
Outros	63	2
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	<u>735</u>	<u>463</u>
Total Circulante	<u>827</u>	<u>484</u>

(12) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Consumidores e concessionárias	15	-
Adiantamentos	50	81
Folha de pagamento	23	-
Outros	8	1
Total	<u>96</u>	<u>82</u>

(13) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é dividido em 3.565.216 quotas, no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente nacional, pela CPFL Comercialização Brasil S.A.

Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 13.565 (R\$ 3.565) representado por 10.067.001 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais da Companhia.

Em abril de 2023 a CPFL Comercialização Brasil S.A. realizou o aumento de Capital no valor de R\$ 10.000.

Reserva de Lucros

O saldo da reserva de lucros em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 608 (R\$ 608 em 31 de dezembro de 2022), representado pela seguinte abertura: i) reserva contratual R\$ 266 e ii) reserva de retenção de lucro R\$ 342.

Destinação do lucro líquido do exercício

A Empresa apresentou um lucro de R\$ 691 referente ao resultado do exercício 2023. A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	<u>R\$</u>
Lucro líquido do exercício	<u>691</u>
Dividendos adicional proposto	691

13.3 Resultado por ação

O cálculo do lucro por quota básico em 31 de dezembro de 2023 foi baseado no resultado líquido atribuível aos quotistas controladores e o número médio ponderado de quotas em circulação durante os exercícios apresentados.

	<u>2023</u>
Numerador	
Lucro líquido atribuído aos quotistas	691
Denominador	
Média ponderada de quotas em poder dos quotistas	<u>3.565.216</u>
Lucro por quota - básico	0,19

(14) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	2023	2022
Receita de operações com energia elétrica		
Classe de consumidores		
Industrial	29.231	36.107
Comercial	5.469	3.579
Rural	1.490	900
Fornecimento de energia elétrica	36.190	40.586
Energia elétrica de curto prazo	278	604
Suprimento de energia elétrica	278	604
Total da receita operacional bruta	36.468	41.190
Deduções da receita operacional		
ICMS	(4.895)	(4.392)
PIS	(553)	(647)
COFINS	(2.546)	(2.980)
	(7.994)	(8.020)
Receita operacional líquida	28.474	33.171

A receita de venda de energia elétrica reflete as operações com concessionárias, autorizadas e consumidores livres, sendo que em 2023 foram vendidos 124.282 MWh (141.539 MWh em 2022).

(15) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	2023	2022
<u>Energia comprada para revenda</u>		
Energia de curto prazo	604	251
Energia adquirida no ambiente de contratação livre - ACL	22.137	29.047
Crédito de PIS e COFINS	(2.282)	(2.853)
Subtotal	20.459	26.447
<u>Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição</u>		
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER	285	1.346
Encargos de energia de reserva - EER	2.943	1.605
Crédito de PIS e COFINS	(299)	(273)
Subtotal	2.929	2.678
Total	23.388	29.125

Os volumes de energia comprada para revenda no ano de 2023 foram de 124.047 MWh (141.720 MWh em 2022).

(16) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas Operacionais							
	Custo com operação		Gerais e administrativas				Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Pessoal (a)	1.536	-	1	-	-	-	1.537	-
Material	-	-	19	-	-	-	19	-
Serviços de terceiros (b)	534	391	2.913	376	-	-	3.447	767
Outros	11	-	359	6	31	27	401	33
Arrendamentos e aluguéis	-	-	291	6	-	-	291	6
Publicidade e propaganda	-	-	39	-	-	-	39	-
Legais, judiciais e indenizações	-	-	1	-	-	-	1	-
Outros	11	-	28	-	31	27	70	27
Total	2.081	391	3.292	382	31	27	5.404	800

(a) Refere-se ao custo com pessoal referente à operação de comercialização de energia.

(b) O saldo de serviços de terceiros alocados em Despesas gerais e administrativas, refere-se basicamente à serviços de call center R\$ 1.096, consultoria R\$ 503 e outsourcing de informática no valor de R\$ 879 que foram necessários por conta do Projeto Galaxy (Mercado Livre de Energia).

(17) RESULTADO FINANCEIRO

	2023	2022
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	1.434	252
Acréscimos e multas moratórias	12	14
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(68)	(12)
Liquidação Financeira CCEE	7	3
Total	1.385	256
Despesas		
Outros(*)	(1)	(20)
Total	(1)	(20)
Resultado financeiro	1.384	236

(*) A rubrica outros na despesa financeira é composta basicamente pela liquidação financeira CCEE em 2023 e em 2022 pelos juros sobre mútuos a pagar a CPFL Comercialização Brasil S.A.

(18) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Empresa é controlada diretamente pela CPFL Comercialização Brasil S.A., empresa controlada pela CPFL Energia S.A., que por sua vez possui as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A.

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores, controladas e coligadas, entidades com controle conjunto, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- **Compra e venda de energia e encargos** - Refere-se basicamente à compra e venda de energia através de contratos de curto ou longo prazo. Estas transações, quando realizadas no mercado livre, são realizadas em condições consideradas pela Empresa como sendo semelhante às de mercado à época da negociação, em consonância com as políticas internas pré-estabelecidas pela Administração da Empresa. Quando realizadas no mercado regulado, os preços cobrados são definidos através de mecanismos definidos pelo Poder Concedente.
- **Materiais e prestação de serviços** - Referem-se principalmente a serviços prestados de assessoria e consultoria.

A Empresa possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por representantes dos acionistas controladores, da Empresa e por um membro independente, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A., são como seguem:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Compra e Venda de Energia								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	1.904	2.718	1.486	1.427	-	29.047	22.137	-
Arrendamento e aluguel								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	-	-	-	-	3	3	3
Materiais e Prestação de Serviços								
Entidade sob o controle da CPFL Energia	-	562	34	-	-	721	1.979	-

(19) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Empresa compreende, principalmente, comercialização de energia elétrica.

Estrutura do gerenciamento de risco

Na CPFL Energia, a gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve o Conselho de Administração e Fiscal, Comitês de Assessoramento do Conselho da Administração, Diretoria Executiva, Diretoria de Auditoria Interna e Riscos Compliance e Data Protect Officer (DPO), bem como áreas de negócio. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gestão Corporativa de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Observar as responsabilidades previstas no Regimento Interno do Conselho de Administração;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Deliberar sobre as propostas de alteração no Mapa Corporativo de Riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre as propostas de indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia, além de conhecer as exposições e planos de mitigação apresentados em caso de eventual ultrapassagem dos limites de risco propostos; e
- Tomar conhecimento e acompanhar eventuais importantes fragilidades de controles e/ou processos, assim como falhas de aderência regulatória relevantes acompanhando planos propostos pela Diretoria Executiva da CPFL Renováveis para saná-los.

Cabe ao(s) Comitê(s) de Assessoramento do Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Observar as responsabilidades previstas nos Regimento Interno dos Comitês de Assessoramento;
- Acompanhar o andamento das ações de mitigação sinalizadas para reenquadramento das exposições aos limites de risco aprovados;
- Orientar os trabalhos de Auditoria Interna e elaboração de propostas de aprimoramento e;
- Tomar conhecimento: (i) dos modelos de monitoramento dos riscos; (ii) das exposições aos riscos; e (iii) dos níveis de controle (incluindo sua eficácia), apoiando o Conselho de Administração no desempenho do seu papel estatutário relativo à gestão de riscos.

À Diretoria Executiva da CPFL Energia cabe:

- Recomendar indicadores de risco e metodologias de limite ou limites de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Observar os limites de riscos definidos, devendo tomar as medidas necessárias para evitar que a exposição aos riscos exceda tais limites e reportar eventuais ultrapassagens ao Conselho de Administração da CPFL Energia, apresentando ações de mitigação;
- Recomendar alterações no Mapa Corporativo de Riscos ao Conselho de Administração da CPFL Energia para deliberação;
- Avaliar, pelo menos anualmente, a eficácia da Política de Gestão de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e de controles internos, bem como do programa de integridade/conformidade (compliance) e prestar contas ao conselho de administração sobre essa avaliação;
- Submeter ao Conselho de Administração da CPFL Energia assuntos que julgar pertinentes para o efetivo monitoramento dos riscos corporativos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Compliance e DPO da CPFL Energia é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Identificar e documentar os riscos aos quais as empresas do Grupo CPFL estão expostas;
- Desenvolver, em conjunto com os gestores dos negócios, modelos e/ou indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação e propostas de limite;

- Monitorar periodicamente as exposições aos riscos e acompanhar a implantação das ações de mitigação pelos gestores dos negócios;
- Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa pela ultrapassagem de limite para a Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Acompanhar e reportar status dos planos de mitigação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados; e
- Avaliar o ambiente de controles internos das empresas do Grupo CPFL e interagir com os respectivos gestores dos negócios buscando a definição de planos de ação no caso de deficiências identificadas.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a seus ativos e passivos financeiros. A quantificação deste risco está apresentada na nota 24.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. No segmento de geração existem contratos no ambiente regulado (ACR) e bilaterais que preveem a apresentação de Contratos de Constituição de Garantias.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia utiliza-se de sistema de *software* Bloomberg, tendo condições de calcular o *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, e avaliar os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(20) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Empresa são como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível (*) Nível	31/12/2023		31/12/2022	
				Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	1	10.889	10.889	5.119	5.119
Total				10.889	10.889	5.119	5.119

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

A classificação dos ativos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Empresa para cada instrumento.

Adicionalmente, não houve em 2023 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título) obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Empresa incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Empresa. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 6 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Empresa ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Empresa sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis.

Caixa e equivalentes de caixa

A Empresa limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor rating entre elas.

A Empresa considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2022 e 2023 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

c) Análise de liquidez

A Empresa gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2023, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Empresa deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2023	Nota explicativa	Menos de 1 mês	Total
Fornecedores	11	2.621	2.621
Total		2.621	2.621

(21) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia estão relacionados a comercialização de energia elétrica:

Obrigações contratuais em 31/12/2023	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Compra de energia	7 anos	44.955	148.144	109.655	40.757	343.511
Total		44.955	148.144	109.655	40.757	343.511

DIRETORIA

RICARDO MOTOYAMA DE ALMEIDA
Diretor Superintendente

YUEHUI PAN
Diretor Financeiro

FLAVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor Administrativo

CONTABILIDADE

RICARDO FERNANDO FERREIRA
Gerente de Serviços Financeiros
CRC 1SP321353/O-4

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: BD04816F17604F9DAB158D557F16DB9C

Status: Concluído

Assunto: Complete com a DocuSign: C005CPFLBRASILVAREJISTAENERG23.DEZ.pdf, 4Q23 - C005 DF Brasil Varejist...

LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)

Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables

Envelope fonte:

Documentar páginas: 31

Assinaturas: 1

Remetente do envelope:

Certificar páginas: 8

Rubrica: 0

Jair Junior

Assinatura guiada: Ativado

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º

Selo com Envelopeld (ID do envelope): Ativado

andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai

Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

São Paulo, São Paulo 04538-132

jair.junior@pwc.com

Endereço IP: 18.231.224.38

Rastreamento de registros

Status: Original

Portador: Jair Junior

Local: DocuSign

21 de março de 2024 | 19:23

jair.junior@pwc.com

Status: Original

Portador: CEDOC Brasil

Local: DocuSign

21 de março de 2024 | 22:40

BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team

@pwc.com

Eventos do signatário

Adriano Formosinho Correia

adriano.correia@pwc.com

Sócio

Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital

Detalhes do provedor de assinatura:

Tipo de assinatura: ICP Smart Card

Emissor da assinatura: AC SERASA RFB v5

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:

Aceito: 25 de fevereiro de 2022 | 21:45

ID: 4a676164-8029-488e-ba04-8e55a616033c

Nome da empresa: PwC

Assinatura

DocuSigned by:

 99D108451FA5438...

Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado

Usando endereço IP: 134.238.159.50

Registro de hora e data

Enviado: 21 de março de 2024 | 19:33

Visualizado: 21 de março de 2024 | 22:38

Assinado: 21 de março de 2024 | 22:40

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Jair Junior jair.junior@pwc.com Manager	Copiado	Enviado: 21 de março de 2024 22:40 Visualizado: 21 de março de 2024 22:40 Assinado: 21 de março de 2024 22:40
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)		
Termos de Assinatura e Registro Eletrônico: Não oferecido através do DocuSign		
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
----------------------------	-------------------	--------------------------------

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
--------------------------------------	---------------	-----------------------------

Envelope enviado	Com hash/criptografado	21 de março de 2024 19:33
Entrega certificada	Segurança verificada	21 de março de 2024 22:38
Assinatura concluída	Segurança verificada	21 de março de 2024 22:40
Concluído	Segurança verificada	21 de março de 2024 22:40

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora
-----------------------------	---------------	-----------------------------

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico

CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTROS ELETRÔNICOS E DIVULGAÇÕES DE ASSINATURA

Registro Eletrônicos e Divulgação de Assinatura

Periodicamente, a PwC poderá estar legalmente obrigada a fornecer a você determinados avisos ou divulgações por escrito. Estão descritos abaixo os termos e condições para fornecer-lhe tais avisos e divulgações eletronicamente através do sistema de assinatura eletrônica da DocuSign, Inc. (DocuSign). Por favor, leia cuidadosa e minuciosamente as informações abaixo, e se você puder acessar essas informações eletronicamente de forma satisfatória e concordar com estes termos e condições, por favor, confirme seu aceite clicando sobre o botão “Eu concordo” na parte inferior deste documento.

Obtenção de cópias impressas

A qualquer momento, você poderá solicitar de nós uma cópia impressa de qualquer registro fornecido ou disponibilizado eletronicamente por nós a você. Você poderá baixar e imprimir os documentos que lhe enviamos por meio do sistema DocuSign durante e imediatamente após a sessão de assinatura, e se você optar por criar uma conta de usuário DocuSign, você poderá acessá-los por um período de tempo limitado (geralmente 30 dias) após a data do primeiro envio a você. Após esse período, se desejar que enviemos cópias impressas de quaisquer desses documentos do nosso escritório para você, cobraremos de você uma taxa de R\$ 0.00 por página. Você pode solicitar a entrega de tais cópias impressas por nós seguindo o procedimento descrito abaixo.

Revogação de seu consentimento

Se você decidir receber de nós avisos e divulgações eletronicamente, você poderá, a qualquer momento, mudar de ideia e nos informar, posteriormente, que você deseja receber avisos e divulgações apenas em formato impresso. A forma pela qual você deve nos informar da sua decisão de receber futuros avisos e divulgações em formato impresso e revogar seu consentimento para receber avisos e divulgações está descrita abaixo.

Consequências da revogação de consentimento

Se você optar por receber os avisos e divulgações requeridos apenas em formato impresso, isto retardará a velocidade na qual conseguimos completar certos passos em transações que te envolvam e a entrega de serviços a você, pois precisaremos, primeiro, enviar os avisos e divulgações requeridos em formato impresso, e então esperar até recebermos de volta a confirmação de que você recebeu tais avisos e divulgações impressos. Para indicar a nós que você mudou de ideia, você deverá revogar o seu consentimento através do preenchimento do formulário “Revogação de Consentimento” da DocuSign na página de assinatura de um envelope DocuSign, ao invés de assiná-lo. Isto indicará que você revogou seu consentimento para receber avisos e divulgações eletronicamente e você não poderá mais usar o sistema DocuSign para receber de nós, eletronicamente, as notificações e consentimentos necessários ou para assinar eletronicamente documentos enviados por nós.

Todos os avisos e divulgações serão enviados a você eletronicamente

A menos que você nos informe o contrário, de acordo com os procedimentos aqui descritos, forneceremos eletronicamente a você, através da sua conta de usuário da DocuSign, todos os avisos, divulgações, autorizações, confirmações e outros documentos necessários que devam ser fornecidos ou disponibilizados a você durante o nosso relacionamento. Para mitigar o risco de você inadvertidamente deixar de receber qualquer aviso ou divulgação, nós preferimos fornecer todos os avisos e divulgações pelo mesmo método e para o mesmo endereço que você nos forneceu. Assim, você poderá receber todas as divulgações e avisos eletronicamente ou em formato impresso, através do correio. Se você não concorda com este processo, informe-nos conforme descrito abaixo. Por favor, veja também o parágrafo imediatamente acima, que descreve as consequências da sua escolha de não receber de nós os avisos e divulgações eletronicamente.

Como contatar a PwC:

Você pode nos contatar para informar sobre suas mudanças de como podemos contatá-lo eletronicamente, solicitar cópias impressas de determinadas informações e revogar seu consentimento prévio para receber avisos e divulgações em formato eletrônico, conforme abaixo:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

Para nos contatar por e-mail, envie mensagens para: fiche.alessandra@pwc.com

Para informar seu novo endereço de e-mail a PwC:

Para nos informar sobre uma mudança em seu endereço de e-mail, para o qual nós devemos enviar eletronicamente avisos e divulgações, você deverá nos enviar uma mensagem por e-mail para o endereço fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail anterior, seu novo endereço de e-mail. Nós não solicitamos quaisquer outras informações para mudar seu endereço de e-mail. We do not require any other information from you to change your email address.

Adicionalmente, você deverá notificar a DocuSign, Inc para providenciar que o seu novo endereço de e-mail seja refletido em sua conta DocuSign, seguindo o processo para mudança de e-mail no sistema DocuSign.

Para solicitar cópias impressas a PwC:

Para solicitar a entrega de cópias impressas de avisos e divulgações previamente fornecidos por nós eletronicamente, você deverá enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem: seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós cobraremos de você o valor referente às cópias neste momento, se for o caso.

Para revogar o seu consentimento perante a PwC:

Para nos informar que não deseja mais receber futuros avisos e divulgações em formato eletrônico, você poderá:

(i) recusar-se a assinar um documento da sua sessão DocuSign, e na página seguinte, assinalar o item indicando a sua intenção de revogar seu consentimento; ou

(ii) enviar uma mensagem de e-mail para fiche.alessandra@pwc.com e informar, no corpo da mensagem, seu endereço de e-mail, nome completo, endereço postal no Brasil e número de telefone. Nós não precisamos de quaisquer outras informações de você para revogar seu consentimento. Como consequência da revogação de seu consentimento para documentos online, as transações levarão um tempo maior para serem processadas. We do not need any other information from you to withdraw consent. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process.

Hardware e software necessários:**

(i) Sistemas Operacionais: Windows® 2000, Windows® XP, Windows Vista®; Mac OS®

(ii) Navegadores: Versões finais do Internet Explorer® 6.0 ou superior (Windows apenas); Mozilla Firefox 2.0 ou superior (Windows e Mac); Safari™ 3.0 ou superior (Mac apenas)

(iii) Leitores de PDF: Acrobat® ou software similar pode ser exigido para visualizar e imprimir arquivos em PDF.

(iv) Resolução de Tela: Mínimo 800 x 600

(v) Ajustes de Segurança habilitados: Permitir cookies por sessão

** Estes requisitos mínimos estão sujeitos a alterações. No caso de alteração, será solicitado que você aceite novamente a divulgação. Versões experimentais (por ex.: beta) de sistemas operacionais e navegadores não são suportadas.

Confirmação de seu acesso e consentimento para recebimento de materiais eletronicamente:

Para confirmar que você pode acessar essa informação eletronicamente, a qual será similar a outros avisos e divulgações eletrônicos que enviaremos futuramente a você, por favor, verifique se foi possível ler esta divulgação eletrônica e que também foi possível imprimir ou salvar eletronicamente esta página para futura referência e acesso; ou que foi possível enviar a presente divulgação e consentimento, via e-mail, para um endereço através do qual seja possível que você o imprima ou salve para futura referência e acesso. Além disso, caso concorde em receber avisos e divulgações exclusivamente em formato eletrônico nos termos e condições descritos acima, por favor, informe-nos clicando sobre o botão “Eu concordo” abaixo.

Ao selecionar o campo “Eu concordo”, eu confirmo que:

(i) Eu posso acessar e ler este documento eletrônico, denominado CONSENTIMENTO PARA RECEBIMENTO ELETRÔNICO DE REGISTRO ELETRÔNICO E DIVULGAÇÃO DE ASSINATURA; e

(ii) Eu posso imprimir ou salvar ou enviar por e-mail esta divulgação para onde posso imprimi-la para futura referência e acesso; e (iii) Até ou a menos que eu notifique a PwC conforme descrito acima, eu consinto em receber exclusivamente em formato eletrônico, todos os avisos, divulgações, autorizações, aceites e outros documentos que devam ser fornecidos ou disponibilizados para mim por PwC durante o curso do meu relacionamento com você.

ELECTRONIC RECORD AND SIGNATURE DISCLOSURE

From time to time, PwC (we, us or Company) may be required by law to provide to you certain written notices or disclosures. Described below are the terms and conditions for providing to you such notices and disclosures electronically through the DocuSign system. Please read the information below carefully and thoroughly, and if you can access this information electronically to your satisfaction and agree to this Electronic Record and Signature Disclosure (ERSD), please confirm your agreement by selecting the check-box next to 'I agree to use electronic records and signatures' before clicking 'CONTINUE' within the DocuSign system.

Getting paper copies

At any time, you may request from us a paper copy of any record provided or made available electronically to you by us. You will have the ability to download and print documents we send to you through the DocuSign system during and immediately after the signing session and, if you elect to create a DocuSign account, you may access the documents for a limited period of time (usually 30 days) after such documents are first sent to you. After such time, if you wish for us to send you paper copies of any such documents from our office to you, you will be charged a \$0.00 per-page fee. You may request delivery of such paper copies from us by following the procedure described below.

Withdrawing your consent

If you decide to receive notices and disclosures from us electronically, you may at any time change your mind and tell us that thereafter you want to receive required notices and disclosures only in paper format. How you must inform us of your decision to receive future notices and disclosure in paper format and withdraw your consent to receive notices and disclosures electronically is described below.

Consequences of changing your mind

If you elect to receive required notices and disclosures only in paper format, it will slow the speed at which we can complete certain steps in transactions with you and delivering services to you because we will need first to send the required notices or disclosures to you in paper format,

and then wait until we receive back from you your acknowledgment of your receipt of such paper notices or disclosures. Further, you will no longer be able to use the DocuSign system to receive required notices and consents electronically from us or to sign electronically documents from us.

All notices and disclosures will be sent to you electronically

Unless you tell us otherwise in accordance with the procedures described herein, we will provide electronically to you through the DocuSign system all required notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you during the course of our relationship with you. To reduce the chance of you inadvertently not receiving any notice or disclosure, we prefer to provide all of the required notices and disclosures to you by the same method and to the same address that you have given us. Thus, you can receive all the disclosures and notices electronically or in paper format through the paper mail delivery system. If you do not agree with this process, please let us know as described below. Please also see the paragraph immediately above that describes the consequences of your electing not to receive delivery of the notices and disclosures electronically from us.

How to contact PwC:

You may contact us to let us know of your changes as to how we may contact you electronically, to request paper copies of certain information from us, and to withdraw your prior consent to receive notices and disclosures electronically as follows:

To contact us by email send messages to: fiche.alessandra@pwc.com

To advise PwC of your new email address

To let us know of a change in your email address where we should send notices and disclosures electronically to you, you must send an email message to us at fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state: your previous email address, your new email address. We do not require any other information from you to change your email address.

If you created a DocuSign account, you may update it with your new email address through your account preferences.

To request paper copies from PwC

To request delivery from us of paper copies of the notices and disclosures previously provided by us to you electronically, you must send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email address, full name, mailing address, and telephone number. We will bill you for any fees at that time, if any.

To withdraw your consent with PwC

To inform us that you no longer wish to receive future notices and disclosures in electronic format you may:

- i. decline to sign a document from within your signing session, and on the subsequent page, select the check-box indicating you wish to withdraw your consent, or you may;
- ii. send us an email to fiche.alessandra@pwc.com and in the body of such request you must state your email, full name, mailing address, and telephone number. We do not need any other information from you to withdraw consent.. The consequences of your withdrawing consent for online documents will be that transactions may take a longer time to process..

Required hardware and software

The minimum system requirements for using the DocuSign system may change over time. The current system requirements are found here: <https://support.docusign.com/guides/signer-guide-signing-system-requirements>.

Acknowledging your access and consent to receive and sign documents electronically

To confirm to us that you can access this information electronically, which will be similar to other electronic notices and disclosures that we will provide to you, please confirm that you have read this ERSD, and (i) that you are able to print on paper or electronically save this ERSD for your future reference and access; or (ii) that you are able to email this ERSD to an email address where you will be able to print on paper or save it for your future reference and access. Further, if you consent to receiving notices and disclosures exclusively in electronic format as described herein, then select the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’ before clicking ‘CONTINUE’ within the DocuSign system.

By selecting the check-box next to ‘I agree to use electronic records and signatures’, you confirm that:

- You can access and read this Electronic Record and Signature Disclosure; and
- You can print on paper this Electronic Record and Signature Disclosure, or save or send this Electronic Record and Disclosure to a location where you can print it, for future reference and access; and
- Until or unless you notify PwC as described above, you consent to receive exclusively through electronic means all notices, disclosures, authorizations, acknowledgements, and other documents that are required to be provided or made available to you by PwC during the course of your relationship with PwC.